



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO –**  
**CAMPUS SERRINHA**

**ALISSON SANTOS DA SILVA**

**EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE**  
**RESISTÊNCIA NO CENÁRIO DE CRISE SANITÁRIA DA COVID-19**

**SERRINHA - BA**

**2022**

**ALISSON SANTOS DA SILVA**

**EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA :DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE  
RESISTÊNCIA NO CENÁRIO DE CRISE SANITÁRIA DA COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano-*Campus* Serrinha, como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

Orientador(a): Heron Ferreira Souza

**SERRINHA - BA**

**2022**

Silva, Alisson dos Santos  
S586e      Experiências de economia solidária: desafios e estratégias de resistência  
no cenário de crise sanitária da COVID-19/ Alisson dos Santos Silva.-  
Serrinha, Ba, 2022.  
50p.

Inclui bibliografia.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão  
de Cooperativas ) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia  
Baiano – Campus Serrinha.

Orientadora: Prof. Dr. Heron Ferreira Souza.

1. Covid-19. 2. Empreendimento econômico solidário. 3.Estratégia. 4.  
Desafios. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. II.  
Souza, Heron Ferreira (Orient.). III. Título.

CDU: 334

ALISSON SANTOS DA SILVA

EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE  
RESISTÊNCIA NO CENÁRIO DE CRISE SANITÁRIA DA COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano—*Campus* Serrinha como requisito parcial para obtenção do Título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

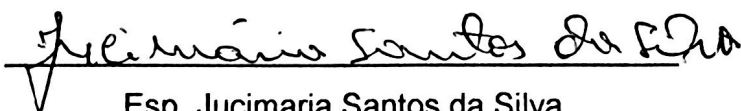
APROVADO EM ...18... / ...11... / ...2022

BANCA EXAMINADORA



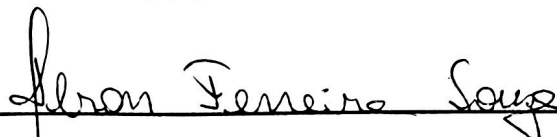
Dra. Márcia Eliana Martins

Instituto Federal Baiano - IFBAIANO



Esp. Jucimaria Santos da Silva

COOPAF – Serrinha



Dr. Heron Ferreira Souza - orientador

Orientador

SERRINHA - BA

2022

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos professores do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Campus - Serrinha e meus familiares, em especial, minha mãe.

SILVA, Alisson Santos da. **Experiência de Economia Solidária: Desafios e Estratégias de Resistência no Cenário de Crise Sanitária da Covid-19**. 49 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão de Cooperativas) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus Serrinha*, Serrinha, BA, 2022.

### **Resumo**

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico que buscou compreender como os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) enfrentaram os desafios decorrentes da crise sanitária de covid-19, tendo como objetivos específicos: i) Identificar as implicações da crise sanitária nos empreendimentos econômicos solidários; ii) Verificar as estratégias adotadas pelos empreendimentos solidários como forma de resistência e enfrentamento aos efeitos decorrentes do momento pandêmico; iii) Identificar as ações desenvolvidas pelos governos e instituições públicas para o fortalecimento dos empreendimentos de economia solidária. Foram utilizadas como base de dados as seguintes plataformas acadêmicas: *Google Acadêmico*, *Scielo* e *Periódico Capes*. Nessas plataformas, o autor atribuiu critérios de inclusão e exclusão, sendo selecionado no total 12 trabalhos. As análises do texto consideraram: 1) Trazer relatos empíricos vivenciado no momento pandêmico; 2) Tratar das vivências, estratégias e desafios dos EES durante a pandemia; 3) Abordar as aprendizagens que se obteve durante a crise sanitária e quais as ações foram desenvolvidas pelos setores públicos/privados para fortalecer os EES. A partir dos dados analisados, é possível afirmar que as experiências de Economia Solidária adotaram várias estratégias para enfrentar o momento pandêmico como: o uso de redes sociais para divulgação dos seus produtos, criação de lojas virtuais, *e-commerce*, *delivery*. Além disso, foram importantes as parcerias com instituições de ensino superior, através das atividades de extensão, para o desenvolvimento de algumas dessas estratégias. Em alguns casos específicos, ações de apoio aos EES, implementadas por governos municipais e estaduais, também tiveram relevância no enfrentamento do momento pandêmico.

**Palavras-Chave:** Covid-19; Empreendimento Econômico Solidário; Estratégia; Desafios.

SILVA, Alisson Santos da. **Solidarity Economy Experience: Challenges and Resistance Strategies in the Health Crisis Scenario of Covid-19**. 49 p. Work Course Conclusion (Technologist in Cooperatives Management) Federal Institute of Education, Science and Technology Baiano - *Campus Serrinha*, Serrinha, BA, 2022.

### **Abstract**

This Course Completion Work (TCC) is a bibliographical research that sought to understand how the Solidarity Economy Enterprises faced the challenges arising from the health crisis of Covid-19, having as specific objectives: i) Identify the implications of the health crisis on solidary economic enterprises; ii) Check the strategies adopted by solidarity enterprises as a form of resistance and coping with the effects resulting from the pandemic moment; iii) Identify the actions developed by governments and public institutions to strengthen solidarity economy enterprises. The following academic platforms were used as database: Google Scholar, Scielo and Periódico Capes. On these platforms, the author assigned inclusion and exclusion criteria, with a total of 12 works being selected. The text analyzes considered: 1) bringing empirical reports experienced during the pandemic; 2) deal with the experiences, strategies and challenges of the EES during the pandemic; 3) Address the lessons learned during the health crisis and what actions were taken by the public/private sectors to strengthen the EES. From the data analyzed, it is possible to state that the experiences of Solidarity Economy adopted several strategies to face the pandemic moment, such as: the use of social networks to publicize their products, creation of virtual stores, e-commerce, delivery. In addition, partnerships with higher education institutions were important, through extension activities, for the development of some of these strategies. In some specific cases, EES support actions implemented by municipal and state governments were also relevant in facing the pandemic moment.

**Keywords:** Covid-19, Solidarity Economic Enterprise, Strategy, Challenges.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Seleção dos trabalhos .....	24
Quadro 2: Caracterização geral dos artigos selecionados. ....	25



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CETESB	Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
EPI	Equipamento de proteção individual
IF Sertão PE	Instituto Federal do Sertão Pernambucano
IFSol	Incubadora para o Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
SAC	Serviço de Atendimento ao Consumidor
SARS	<i>Severe Acute Respiratory Syndrome</i>
WHO	<i>World Health Organization</i>
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	16
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	22
<b>4 RESULTADOS E ANÁLISE</b> .....	30
4.1 Implicações da crise sanitária nos empreendimentos econômicos solidários .....	30
4.2 Estratégias adotadas pelos empreendimentos solidários como forma de resistência e enfrentamento aos efeitos decorrentes do momento pandêmico.....	35
4.3 Ações desenvolvidas pelos governos e instituições públicas para o fortalecimento dos empreendimentos de economia solidária.....	40
4.4 Aprendizagens com o momento pandêmico incorporadas na dinâmica organizacional. ....	43
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	45
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	48

# 1 INTRODUÇÃO

O Brasil vivenciou um momento delicado com a pandemia de covid-19, desde março de 2020, a cada dia, foram noticiados números crescentes de pessoas contaminadas pelo vírus SARS-CoV-2. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o surto do vírus foi caracterizado como pandemia, tornando-se uma emergência pública e mundial. Mesmo com a vacinação, o vírus continuou sendo propagado, e surgindo novas variantes, como a Alfa, Beta, Gama e Delta (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2020).

A covid-19 é uma infecção derivada do vírus SARS-CoV-2, o qual pode ser transmitido de uma pessoa para outra através de vias aéreas. Segundo dados da World Health Organization (WHO) (2021), a maioria das pessoas que pegam a doença apresentam sintomas leves, moderados ou graves como febre, dor de cabeça, perda do olfato e paladar. Em casos mais graves, o indivíduo pode vir a óbito. Por isso, o uso de máscara, distanciamento social e a quarentena são cruciais para evitar o contágio. Por mais difícil que seja esse processo, ele é necessário para a contenção do vírus; conseqüentemente, parte da população sofre esses efeitos. Para Santos (2020, p. 15), “[...] qualquer quarentena é sempre discriminatória, mais difícil para uns grupos sociais do que para outros é impossível para um vasto grupo de cuidadores, cuja missão é tornar possível a quarentena ao conjunto da população”.

Com a paralisação das atividades, devido ao aumento contínuo do vírus, a OMS e setores públicos orientaram a população a entrar em quarentena e manter o distanciamento social. Com essas medidas, houve o refreamento de vários setores da economia, o que acabou impactando de forma cruel aqueles que vivem do trabalho, sobretudo de maneira informal:

O impedimento de trabalhar para os que vendem nos mercados informais das grandes urbes significa que potencialmente milhões de pessoas não terão dinheiro sequer para acorrer às unidades de saúde se caírem doentes ou para comprar desinfetante para as mãos e sabão (SANTOS, 2020, p. 18).

Com o aumento desenfreado de casos, o vírus causou conseqüências nas pessoas mais fragilizadas no âmbito social, educacional e financeiro; enquanto pessoas com melhores condições de vida/privilegiadas, ficaram a sensação de estarem seguras, pois têm recursos para se manterem perante o isolamento social.

Segundo Santos (2020, p. 6), “A fragilidade do humano. A rigidez aparente das soluções sociais cria nas classes que tiram mais proveito delas um estranho sentimento de segurança”.

No Brasil, o vírus teve seu primeiro registro em 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo (UNIVERSIDADE ABERTA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, 2021), contando atualmente com 34.124.579 casos ativos e 681.006 mortes (CORONAVÍRUS, 2022). Desde então, medidas preventivas foram adotadas para contenção do vírus. O isolamento social é uma das principais medidas de prevenção, juntamente ao uso de máscara e álcool em gel.

Com essa nova realidade de distanciamento social, o Brasil sofreu sua maior crise sanitária recente. As consequências ocasionadas pelo vírus são imensuráveis e podem se perpetuar por longos períodos/anos, causando danos no ponto de vista da saúde das pessoas, reflexos negativos na economia, no social e político. Diante desse contexto de crise, as relações/atividades sociais sofreram principalmente pelo isolamento e o afastamento do contato “face a face”, restringindo e limitando as atividades – tanto das pessoas como das organizações.

Com esse cenário, os Empreendimentos de Economia Solidária (EES), enfrentaram dificuldades e se reinventaram para continuar realizando suas atividades do cotidiano. O momento pandêmico implicou também na sustentabilidade dos ESS, pois, com características auto gestionárias, participação efetiva dos membros e gestão democrática, a viabilidade dos EES foi afetada, justamente por estes dependerem dos associados para se manterem em pleno funcionamento. Com o afastamento dos membros, por consequência da covid-19, os empreendimentos se viram na necessidade de encerrar suas atividades, ocasionando o desligamento/afastamento de associados, diminuição da sua produtividade e redução em participações em programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Já que, diante o afastamento social, as escolas tiveram que paralisar suas atividades e, como reflexo, esses programas tiveram uma baixa demanda.

Os EES, nessa nova realidade de dificuldade, despertaram o ato solidário, confeccionando máscaras e distribuindo-as para seus associados, fortalecendo a solidariedade e cooperação, além de criar campanhas de arrecadação de alimentos para distribuir a pessoas carentes e seus associados.

Em sua realidade, os EES têm como característica a autogestão, a inclusão de pessoas que se encontram em vulnerabilidade social e a busca por trabalhar com a participação efetiva dos membros de forma democrática. Trata-se de um modelo de empreendimento que foge do modelo convencional (capitalista). Sua característica principal é a preocupação com o ser humano e não a obtenção de lucro/capital.

Com o distanciamento social imposto pela pandemia, os comerciantes/comércios de caráter capitalista adotaram novas formas de exercer suas funções. Estratégias como o *delivery*, *drive-thru* e um maior uso das mídias digitais para divulgação dos seus produtos contribuíram para manter os empreendimentos tradicionais/capitalistas de portas abertas – Enquanto os EES dependeram da participação dos membros para realização de suas atividades.

Com o isolamento, conseqüentemente, as atividades das organizações foram atingidas, ocasionando um afastamento significativo dos associados e, em razão do distanciamento social, o fechamento de feiras livres e outros mercados. Dessa forma, os produtos dos EES tiveram uma baixa demanda.

Considerando o exposto, este trabalho tem como problema de pesquisa a seguinte pergunta: como os empreendimentos de economia solidária enfrentaram os desafios decorrentes da crise sanitária de covid-19?

O objetivo geral deste trabalho é compreender como os Empreendimentos de Economia Solidária enfrentaram os desafios decorrentes da crise sanitária. E como objetivos específicos temos:

- Identificar as implicações da crise sanitária nos empreendimentos econômicos solidários;
- Verificar as estratégias adotadas pelos empreendimentos solidários como forma de resistência e enfrentamento aos efeitos decorrentes do momento pandêmico;
- Identificar as ações desenvolvidas pelos governos e instituições públicas para o fortalecimento dos empreendimentos de economia solidária.

Assim, o presente trabalho justifica-se pela necessidade de compreender como a pandemia de covid-19 implicou na realidade dos Empreendimentos de Economia Solidária. O mundo vivenciou uma pandemia que durou mais de dois anos e, pouco se sabe como isso influenciou na sustentabilidade/vivência dos empreendimentos econômicos solidários. Esse estudo tem como finalidade trazer resultados através de uma pesquisa bibliográfica com o intuito de compreender como a crise pandêmica

refletiu nos empreendimentos com características de economia solidária e quais as experiências vividas estes, trazendo apontamentos que podem ser utilizados para que as próximas gerações tenham a compreensão de como foi a vivência dos EES em meio à crise sanitária, como se adaptaram a esse novo contexto de pandemia e quais aprendizados tiveram nessa situação atípica.

Esta pesquisa reflete também o anseio do pesquisador perante a pandemia, pois ele despertou a curiosidade e a necessidade de investigar/estudar sobre o tema recorrente aos acontecimentos que ocorreram durante seu terceiro semestre da graduação de Tecnologia em Gestão de Cooperativas. Quando noticiados os primeiros casos de contaminação oriundos do vírus SARS-CoV-2, em 2020, as aulas da Instituição Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Campus Serrinha-BA foram suspensas, paralisando, então, a prática do componente curricular Seminário Integrador III – disciplina que os estudantes têm os seus primeiros contatos com os empreendimentos econômicos solidários.

Dessa forma, ao adotar o modelo de ensino remoto, os estudantes se viram em uma nova perspectiva para realizar suas atividades da disciplina Seminário Integrador III. A partir de então, foram adotadas formas seguras de nos comunicarmos com os EES, através de ligações via *Google Meet*, troca de mensagens via redes sociais como *WhatsApp*, *Instagram* e *Facebook* entre outros meios de comunicação. Com isso, demos continuidade aos trabalhos acadêmicos, juntamente com as cooperativas e associações. Nessa nova prática, o estudante notou, mesmo que superficialmente, que com esse distanciamento dos EES, não estava tendo os mesmos resultados que antes, pois muitos dos envolvidos com a cooperativa tinham certa dificuldade de manuseio com materiais eletrônicos ou os associados/cooperados se desligaram da organização, inviabilizando a continuidade das atividades. Durante as reuniões *on-line* realizadas para o desenvolvimento das atividades propostas pelos orientadores do componente curricular, os participantes da organização enfrentavam instabilidade em sua internet, o que dificultava a comunicação entre estudantes e organização.

Para além do relatado, a associação onde o estudante/pesquisador desenvolvia suas atividades veio a paralisar seus trabalhos do cotidiano devido ao isolamento social. Com isso, houve o afastamento entre aluno e associação, despertando assim o interesse pessoal e profissional do estudante para entender como a crise sanitária se reflete nas organizações econômicas solidárias, quais as

estratégias adotadas para superar esses desafios e quais aprendizagem tiramos desse momento atípico.

Com a paralisação das atividades da associação e o novo modelo de ensino, foi notório perceber que alguns EES foram bastante prejudicados com o isolamento social, tendo sua comercialização reduzida, baixa assiduidade dos cooperados, chegando até ao fechamento de alguns como já citado.

Esta pesquisa pode trazer contribuições benéficas, pois ela busca identificar os pontos em que a crise sanitária afetou os EES. Vale pontuar a importância de se retomar a discussão e buscar informações relevantes para futuras gerações compreenderem como o vírus implicou na vida dos Empreendimentos Econômicos Solidários, podendo se tornar um trabalho relevante no âmbito acadêmico.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A economia solidária é uma proposta de economia que busca produzir, vender, comprar de forma igualitária e digna. Além disso, a economia solidária busca trabalhar na lógica da solidariedade e cooperação. Entre seus princípios, está a atuação dos trabalhadores de forma justa, participativa, democrática, auto gestonária, sem explorar os outros, tendo em sua essência uma preocupação também com o meio ambiente.

Para Leite *et al.* (2015, p. 30), “Trata-se de uma alternativa diante as fragilidades apresentadas pelo sistema capitalista, a qual propõe outras formas de desenvolvimento econômico e social, que vão além do modelo do trabalho assalariado”.

Segundo Singer (2002), a economia solidária é outro modo de produção, em que seus princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.

Esse modelo de economia surgiu no início do século XIX, criado por operários que vinham sofrendo com o novo modelo industrial capitalista, o qual resultou em desemprego de inúmeros trabalhadores, pobreza e exploração da mão de obra. Nesse campo de incertezas e desemprego, os trabalhadores/operários durante o período da Revolução Industrial, criaram um modelo de economia que se sobrepõe à lógica do capitalismo industrial.

A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão desregulamentada das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX. Desde então, a economia solidária tem como característica a inclusão e participação de grupos que se encontram em vulnerabilidade social (SINGER, 2002, p.1).

O referido autor pontua também que a economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos ocasionado pelo aumento das máquinas e da organização fabril de produção. (SINGER, 2002).

Perante esse contexto de incertezas e desafios, a economia solidária visa trabalhar e discutir alternativas que vão além do banal da sobrevivência e busca repensar estratégias de transformações na esfera social e política, criando EES,



enfrentando o esfacelamento do estatuto do emprego pelo Estado neoliberal (KRAYCHETE, 2001). Esse modelo alternativo de economia busca a inclusão de pessoas que não têm mais oportunidades ou que, de alguma forma, foram excluídas do mercado de trabalho.

[...] a economia solidária provoca reflexão sobre as formas de organização do trabalho e visa gerar transformações nas configurações existentes através da construção de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), os quais buscam promover à inclusão de trabalhadores que, muitas vezes, foram excluídos do mercado de trabalho (LEITE *et al.*, 2015, p. 21)

A economia solidária trata de uma alternativa de economia ou formas de resistência às mazelas criadas pelo capitalismo, tendo como características principais a participação, a solidariedade e a autogestão. Além disso, compreende que todos aqueles que estão inseridos nos empreendimentos são donos e os resultados obtidos são de todos; diferente do modelo capitalista, no qual os lucros são de um único dono. Também busca a valorização do ser humano, o rompimento das formas de exploração do trabalhador, nega a separação entre trabalhador – dirigente e do trabalho manual e intelectual. Como afirma Singer:

A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. A empresa capitalista pertence aos investidores, aos que forneceram o dinheiro para adquirir os meios de produção e é por isso que sua única finalidade é dar lucro a eles, o maior lucro possível em relação ao capital investido. O poder de mando, na empresa capitalista, está concentrado totalmente (ao menos em termos ideais) nas mãos dos capitalistas ou dos gerentes por eles contratados. (SINGER, 2002. p. 1.)

A economia solidária assume um outro modelo de produção, adotando características próprias, seus princípios como a coletividade do capital, autogestão e participação econômica dos associados. Para Singer (2002), a aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital, por igual, em cada cooperativa/associação ou sociedade econômica. Assim, os empreendimentos solidários são um conjunto de organizações que praticam os princípios do cooperativismo sem se confundir com as cooperativas. Como relata Paul Singer (2002, p.4):

A economia solidária se compõe das empresas que efetivamente praticam os princípios do cooperativismo, ou seja, a autogestão. Ela faz parte portanto da economia cooperativa ou social, sem, no entanto, se confundir com as cooperativas que empregam assalariados.

Os EES são organizações em que sua maior prioridade é o ser humano e sua qualidade de vida; trabalham para além do lucro; seu trabalho é pautado em três características principais: a cooperação, autogestão e solidariedade. Em sua natureza, cooperação “[...] envolve a existência de interesses e objetivos comuns; a união dos esforços e das capacidades, propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária [...]” (LEITE *et al.*, 2015, p. 33). A autogestão compreende a forma como se dá a tomada de decisões referentes à dinâmica do trabalho e ao próprio empreendimento. Para Leite *et al.* (2015, p. 34), “a autogestão [...] compreende as práticas participativas, nas quais os participantes das organizações decidem sobre os processos de trabalho, as definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos [...]”. O princípio da solidariedade, por sua vez, é umas das maiores características dos EES, pois envolve práticas (participativas) e valores centrados na ética da vida e, segundo Leite *et al.* (2015), expressa-se de forma multidimensional:

a solidariedade, que se refere a uma cultura que deve orientar as práticas participativas e que se expressa em diferentes dimensões, [...], na justa distribuição dos resultados alcançados, nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes, no compromisso com um meio ambiente saudável, nas relações que se estabelecem com a comunidade local, na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável, nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatórios, na preocupação com o bem-estar de trabalhadores e consumidores e no respeito aos direitos dos trabalhadores (LEITE *et al.*, 2015, p. 21).

Nas organizações de características de economia solidária, o capital obtido é resultado de todos os inseridos no movimento. Para Singer (2002, p. 1), “O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa”. Os resultados obtidos são de todos os envolvidos e repassados de forma igualitária. Singer (2002, p.1) reafirma que

"[...]a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela".

Em sua realidade, os empreendimentos econômicos solidários não objetivam o lucro como o principal, justamente, porque na sua existência, todas as decisões relacionadas a ganhos são reflexos dos esforços dos cooperados/associados. Em conjunto, os associados trabalham para atingir um objetivo no qual os envolvidos estejam de acordo e trabalhando de forma coletiva, buscando atingir os objetivos estabelecidos – sejam eles de característica social, comercial, educacional ou mercantil.

De acordo Singer, (2002, p. 1):

Na realidade, na empresa solidária não há lucro porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital. Ela pode tomar empréstimos dos próprios sócios ou de terceiros e procura pagar os menores juros do mercado aos credores (internos ou externos).

Com essa afirmação, os associados são os próprios responsáveis legais pela existência dos empreendimentos econômicos solidários, pela sua gestão e sua sustentabilidade.

As características dos EES estão expressas no art. 4º do Projeto de Lei 4.685/2012, que institui uma política nacional e um fundo específico para a economia solidária.

- I – Ser uma organização coletiva e democrática, singular ou complexa, cujos participantes ou sócios são trabalhadores do meio urbano ou rural;
- II – Exercer atividades de natureza econômica como razão primordial de sua existência;
- III – Ser uma organização auto gestonária, cujos participantes ou associados exerçam coletivamente a gestão das atividades econômicas e a decisão sobre a partilha dos seus resultados, através da administração transparente e democrática, soberania assemblear e singularidade de voto dos sócios, conforme dispuser o seu estatuto ou regimento interno;
- IV – Ter seus associados direta ou preponderantemente envolvidos na consecução de seu objetivo social;
- V – Distribuir os resultados financeiros da atividade econômica de acordo com a deliberação de seus associados, considerando as operações econômicas realizadas pelo coletivo;
- VI – Realizar pelo menos uma reunião ou assembleia trimestral para deliberação de questões relativas à organização das atividades realizadas pelo empreendimento;

VII – Destinar parte do seu resultado operacional líquido para auxiliar outros empreendimentos equivalentes que estejam em situação precária de constituição ou consolidação, no desenvolvimento comunitário e para a formação política, econômica e social dos seus integrantes.

§ 1o Para efeitos desta lei, os empreendimentos econômicos solidários podem assumir diferentes formas societárias, desde que contemplem as características do caput 4.

§ 2o Não serão considerados empreendimento econômicos solidários aqueles cujo objeto social seja a intermediação de mão de obra subordinada (GAIGER *et. al.*, 2018, p. 142).

Essas características são essenciais para identificar as peculiaridades e o modo como os EES são gerenciados. São exemplos de empreendimentos econômicos solidários: as cooperativas de produção e as cooperativas de comercialização. Esses ramos têm como característica as decisões em que os processos gerenciais são tomados por todos os associados, os produtos para comercialização também advêm dos próprios associados. Muitas das cooperativas são formalizadas por trabalhadores autônomos ou produtores rurais; e os resultados obtidos em conjunto são distribuídos de forma igualitária.

A cooperativa de produção é a modalidade básica da economia solidária e as relações sociais de produção [...]. Outra é a cooperativa de comercialização, composta por produtores autônomos, individuais ou familiares (camponeses, taxistas, profissionais liberais, artesãos etc.) que fazem suas compras em comum e, quando cabe, também suas vendas. Sendo a produção individual, o ganho também é e as sobras das operações comerciais são em geral distribuídas entre os cooperadores em proporção ao montante comprado e vendido por cada um através da cooperativa (SINGER, 2002, p. 2).

Além das cooperativas de comercialização e produção, são exemplos também as cooperativas de consumo. Esse ramo é constituído por pessoas que consomem seus produtos ou serviços em comum. De acordo com Singer (2002, p. 2), “[...]. A finalidade dela é proporcionar a máxima satisfação ao menor custo aos cooperadores”. Nesse ramo de cooperativas, não se pode ter a separação entre o trabalho e capital. Segundo Singer, (2002, p. 2) “para ser empresa solidária, não pode haver separação entre trabalho e capital. Muitas cooperativas de consumo empregam trabalho assalariado, o que enseja lutas de classe em seu interior”.

Nessa perspectiva, uma cooperativa de consumo que adota característica que não se aproxima desses objetivos não pode ser considerada como de economia

solidária. Nesse sentido, Singer (2002, p. 2) é enfático: “Por isso não fazem parte da economia solidária. Só pertencem a ela as cooperativas de consumo que tornam seus trabalhadores membros plenos. Alguns a denominam por isso de cooperativas mistas”.

### 3 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a qual consiste no levantamento de obras/trabalhos científicos, cujo caráter é dar um leque de possibilidades para o alcance de informações sobre o tema a ser pesquisado, além de permitir que o pesquisador tenha acesso a inúmeras informações, publicações e/ou dados que auxiliam na execução do seu trabalho. Para Gil (2002, p. 44), “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Para além, realizou-se a leitura exploratória dos trabalhos selecionados para o desenvolvimento do presente Trabalho de Conclusão de Curso. A leitura exploratória tem como finalidade investigar o que há de mais importante nos textos a fim de uma boa compreensão. Segundo Gil (2002, p. 77), “Esta é uma leitura do material bibliográfico que tem por objetivo verificar em que medida a obra consultada interessa à pesquisa”. Essa leitura exploratória considerou o primeiro contato com o material, diante da pesquisa nas bases de dados, considerando principalmente o título, resumo, palavras-chave.

Além da leitura exploratória, com os materiais já selecionados, o estudante/pesquisador realizou a leitura seletiva. Segundo Gil (2002, p. 78) “a leitura seletiva é mais profunda que a exploratória; todavia, não é definitiva. É possível que se volte ao mesmo material com propósitos diferentes”. A ideia de “seletiva” aqui é atribuída à confirmação de que o material, *a priori* selecionado, de fato atende aos interesses da pesquisa, portanto, aos objetivos e à pergunta de pesquisa. Para essa etapa, exige-se a leitura de partes do texto não incluídas na etapa anterior. Caso o material não atenda aos aspectos necessários para a etapa de análise, poderá ser excluído.

Daqui em diante, na análise de dados, fez-se a leitura analítica. Gil (2002, p. 78) considera que “A leitura analítica é feita com base nos textos selecionados. Embora possa ocorrer a necessidade de adição de novos textos e a supressão de outros tantos, a postura do pesquisador, nesta fase, deverá ser a de analisá-los como se fossem definitivos.” Essa leitura requer tempo e concentração, pois ela consiste em analisar os materiais selecionados de forma minuciosa e cognitiva. Como pontua Gil (2002, p. 78), “A finalidade da leitura analítica é a de ordenar e resumir as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitem a obtenção de

respostas ao problema da pesquisa”. Para essa etapa, foram utilizados quadros para a coleta de dados: a) um quadro descritivo dos principais aspectos dos trabalhos selecionados (Quadro 1); e b) outro quadro com os principais pontos presentes nos objetivos da pesquisa (Quadro 2).

Dando continuidade à análise de dados, fez-se a leitura interpretativa, o que para Gil (2002, p. 79) “Esta constitui a última etapa do processo de leitura das fontes bibliográficas. Naturalmente, é a mais complexa, já que tem por objetivo relacionar o que o autor afirma com o problema para o qual se propõe uma solução.” É através dela que se procura saber os significados/resultados e interpretar o que os autores escreveram, além de correlacionar com o problema de pesquisa do presente trabalho (GIL, 2002).

A busca por trabalhos científicos se deu através das plataformas acadêmicas como *Scielo*, *Google Acadêmico* e *Periódicos CAPES*, cujo objetivo é a disponibilização de artigos científicos. Vale ressaltar que o autor priorizou os artigos científicos com dados empíricos para a realização da análise, considerando os anos de 2020 a 2022. Nessas plataformas, foram pesquisadas palavras-chave como "empreendimentos de economia solidária", "covid-19", "pandemia" e "economia solidária", "ECOSOL e Covid" e "desafios", conforme consta no Quadro 1. Como filtro, o pesquisador se limitou à língua portuguesa, excluindo, assim, trabalhos em outros idiomas.

Para inclusão e exclusão dos trabalhos científicos obtidos no processo de pesquisa, no processo de leitura e seleção dos textos, o autor adotou os seguintes critérios:

**Inclusão:** artigos científicos; estar disponível para consulta; publicado em periódicos nacionais indexados; disponibilizar dados empíricos; discutir desafios e estratégias dos EES na pandemia; tratar de economia solidária.

**Exclusão:** tratar de relato de extensão realizado durante a pandemia; artigos somente teóricos; reflexivos ou ensaios sobre o momento pandêmico; não tratar de economia solidária; não tratar do contexto brasileiro.

Cabe ressaltar que os artigos encontrados nas plataformas *Scielo* e *Periódicos Capes* foram excluídos, principalmente, por não serem estudos de casos e analíticos de outros países latino-americanos e estarem em língua espanhola, conforme explicitado no Quadro 1.

**Quadro 1 – Seleção dos trabalhos**

<b>BASES DE DADOS</b>	<b>PALAVRAS-CHAVES</b>	<b>FILTROS</b>	<b>TRABALHOS LOCALIZADOS - DATA DA PESQUISA</b>	<b>EXCLUÍDOS APÓS LEITURA DO TÍTULO E RESUMO</b>	<b>EXCLUÍDOS APÓS LEITURA COMPLETA</b>	<b>SELECIONADOS</b>
Google Acadêmico	Empreendimentos Econômicos Solidários; Pandemia; Covid; Desafios; ECOSOL e covid.	Período de 2020 – 2021; Idioma Português; Artigos; qualquer tipo.	3290 08/08/2022 - 30/08/2022	3.264	15	11
SciELO	“Empreendimentos Econômicos Solidários”, “Pandemia” “covid” “Desafios” “ECOSOL e covid”.	Período de 2020 – 2021; Idioma Português; Artigos.	3 15/09/2022	3	0	0
Periódicos Capes	“Empreendimentos Econômicos Solidários”, “Pandemia” “covid” “Desafios” “ECOSOL e covid”.	Período de 2020 – 2021; Idioma Português; Artigos.	15/09/2022	12	0	0

**Fonte:** O autor, 2022.



**Quadro 2 – Caracterização geral dos artigos selecionados.**

LOCAL DE BUSCA	LOCAL DA PESQUISA	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	PRINCIPAIS ASPECTOS
Google Acadêmico	Pernambuco	Elijalma Augusto Beserra, Vivianni Marques Leite dos Santos, Eva Mônica Sarmento da Silva, Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira, Hesler Piedade Caffé Filho.	Horta comunitária e quintais produtivos da Comunidade Coelho Atikum Jurema e os desafios da covid-19	O trabalho trata como os agricultores da Comunidade Atikum se comportaram no presente cenário de covid-19.	Atikum Jurema; Covid-19; Horta comunitária; Mercado.	Horta comunitária
Google Acadêmico	Amazonas	Ademar Roberto Martins de Vasconcelos, Susy Cristina Pedroza da Silva, Josane Lima Santiago, Nathaly Pinheiro Rabelo, Therezinha de Jesus Pinto Fraxe	Inovação social na comercialização da produção da feira Agroufam no contexto da covid-19 no Amazonas	A feira da AGROUFAM é um espaço de comercialização de base familiar da Instituição de Ensino do Amazonas. Por consequência da crise sanitária covid-19, todas as atividades foram paralisadas. Como estratégias de resistência e para retomar os trabalhos dos agricultores, adotou-se uma feira <i>on-line</i> .	Comércio eletrônico; Produção familiar; Economia solidária; Amazonas.	Feira de agricultura familiar
Google Acadêmico	Extremo Sul Catarinense	Laura Marfil Marins, Jaqueline da Cunha Souveral, Iasmim Bittencourt, Lauren Marfil Marins, Caroline da Graça Jacques, Dimas	A Feira de Economia Solidária da UNESCO em tempos de pandemia do covid-19: Reflexões sobre a virtualidade	Com o novo surto do vírus covid-19, as atividades de extensão da UNESCO foram comprometidas. Como forma de continuidade das atividades, foi pensado/criado um catálogo <i>on-line</i> para divulgação dos produtos dos feirantes da rede familiar.	Economia solidária; Virtualidade; Empreendimentos Econômicos Solidário	Feira de economia solidária

		de Oliveira Estevam				
Google Acadêmico	Araraquara/ São Paulo	Renata Barreto Mendes, Mariana Carolina dos Santos, Thais Peagno de Lima, Ana Claudia Giannini Borges	Economia Solidária covid-19: catadores de recicláveis e Rreutilizáveis	O trabalho tem como foco as cooperativas de recicláveis e buscou apresentar como as 4 (quatro cooperativas) citadas no trabalho enfrentaram o período pandêmico.	Catadores de materiais recicláveis; Economia solidária; Covid-19,	Catadores de materiais recicláveis

**Fonte:** O autor, 2022.

**Quadro 2:** Caracterização geral dos artigos selecionados (continuação).

Google acadêmico	Rio Grande do Norte	Edna Morais da Silva, Jennifer Cruz de Oliveira, Maria Clara Martins Lourenço, Denise Cristina Momo, Suzana Melissa de Moura Mafra da Silva	Vendas virtuais como estratégia de enfrentamento aos impactos da covid-19: A experiência da Feira potiguar de economia solidária	A Feirarte potiguar de economia solidária é composta por 20 EES que comercializam e produzem artesanato. Diante do contexto pandêmico, se readequaram e adotaram o modelo de vendas virtuais para dar continuidade aos trabalhos.	Artesanato; Economia Solidária; Vendas virtuais; Pandemia.	Feira de economia solidária
Google Acadêmico	Litoral do Piauí	Simone Cristina Putrick, Victor Bruno Silva, Rita de Cássia Pereira Carvalho.	Experiência de enfrentamento à covid-19 em uma Feira de economia solidária	O presente artigo discutiu as ações de enfrentamento desenvolvidas pelo Programa de Extensão Laços de Cidadania. O programa organiza a Feira com bases de Economia Solidária no Litoral do Piauí. O artigo aborda os relatos de experiências, em que são apontados estudos e implementação de estratégias de enfrentamento à covid-19, junto com os participantes da Feira.	Covid-19; Turismo; Economia solidária; Feira <i>on-line</i> .	Feira de economia solidária
Google Acadêmico	Tocantins	Diego Neves de Sousa, Maria Eduarda Ribeiro de Jesus, Keile Aparecida Beraldo.	Impactos da pandemia da covid-19 e estratégias para a inclusão produtiva de agricultores familiares no Tocantins: estudo de caso na Cooprato	O presente artigo tem como objetivo analisar os impactos da covid-19 para inclusão produtiva dos agricultores familiares no Tocantins.	Agricultura familiar; Experiências inovadoras; Políticas públicas; Desenvolvimento rural; Coronavírus.	Cooperativa

**Quadro 2: Caracterização geral dos artigos selecionados (continuação)**

Google Acadêmico	Sergipe	Alciene de Santana Dantas	Principais competências gerenciais de agricultores familiares sergipanos participantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) perante os desafios impostos pela covid-19	O presente estudo teve como objetivo verificar as principais competências gerenciais que podem ser percebidas na gestão dos negócios de agricultores familiares sergipanos participantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) perante os desafios impostos pela covid-19.	Covid-19; PNAE; Agricultura familiar; Redução dos impactos econômicos e sociais; Competências gerenciais.	Cooperativa e seus associados.
Google Acadêmico	Rio de Janeiro	Roberto Luís da Silva Henrique, Ubirajara Aluizio de Oliveira Mattos	Contexto socioambiental das cooperativas de catadores do Rio de Janeiro e os impactos da Covid-19	A pesquisa buscou analisar o contexto socioambiental das cooperativas de catadores e o impacto da crise sanitária nesses empreendimentos.	Reciclagem; Logística reversa; Catadores; Covid-19.	Cooperativa de catadores de recicláveis
Google Acadêmico	São Paulo	Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo, Jutta Gultberlet, Solange Dias de Azevedo, Fabiano Harada Duarte.	Impactos da covid-19 sobre catadores de materiais recicláveis organizados no estado de São Paulo	Este estudo, realizado com organizações de catadores em 32 municípios do estado de São Paulo, buscou analisar os impactos da pandemia de covid-19 sobre as atividades dessas organizações e seus integrantes, incluindo as medidas tomadas pelo governo e outros atores visando aliviar os impactos decorrentes da crise.	Catadores; movimentos sociais; Gestão de resíduos sólidos; Políticas públicas; Covid-19.	Organização de catadores de materiais recicláveis
Google Acadêmico	Distrito Federal	Virgínia Gomes de Caldas Nogueira, Maria Quitéria dos Santos Marcelino.	Covid-19: impactos e estratégias para a comercialização de alimentos da agricultura familiar no DF	Esta pesquisa avalia os impactos e estratégias da comercialização de alimentos da agricultura familiar no Distrito Federal e entorno durante as restrições impostas pela pandemia de covid-19.	Associações; Cooperativas; Pandemia.	Associações e cooperativas da agricultura familiar

Fonte: O autor, 2022.

O presente trabalho analisou ao total onze artigos, sendo 3 (três) tratando de organizações de catadores de recicláveis, 3 (três) referentes às Cooperativas da Agricultura Familiar, 4 (quatro) abrangendo as Feiras de Economia Solidária e por fim, 1 (um) trabalho relacionado a Horta Comunitária, conforme apresentado no Quadro 2. Os trabalhos selecionados resultam de quatro regiões brasileiras – Nordeste (4); Norte (2), Sul (1) e Sudeste (3) – e um do Distrito Federal.

## 4 RESULTADOS E ANÁLISE

A coleta de dados dos trabalhos, sua sistematização e análise dos resultados levou em consideração aspectos evidenciados nos objetivos desta pesquisa. Portanto, foi orientada pelas seguintes dimensões temáticas: i) As implicações da COVID-19 nos EES; ii) As estratégias adotadas pelos EES para superar a crise sanitária; iii) As ações desenvolvidas pelo poder público para o fortalecimento dos ESS; iv) As aprendizagens que os EES obtiveram durante o momento pandêmico. A partir dessas dimensões temáticas, buscou-se compreender como os Empreendimentos de Economia Solidária têm enfrentado os desafios decorrentes da crise sanitária.

### 4.1 Implicações da crise sanitária nos empreendimentos econômicos solidários

- Feiras de Economia Solidária:

Os EES enfrentaram grandes desafios no período pandêmico, sendo um deles o distanciamento social, os quais impactaram principalmente as Feiras de Economia Solidária. Estas são locais de grande importância para a comercialização de produtos dos grupos produtivos e tiveram seu formato presencial suspenso em função das medidas de contenção da propagação do vírus SARS-CoV-2, o que gerou uma diminuição na renda familiar dos integrantes dos grupos produtivos (MARTINS *et al.*, 2021; PUTRIK *et al.*, 2020; DA SILVA *et al.*, 2021; VASCONCELOS *et al.*, 2020).

Ressalta-se que a falta de orientações claras e coordenação nacional pelo Ministério da Saúde, além da falsa dicotomia entre economia e vida, tornaram mais agudos os efeitos da pandemia para a classe trabalhadora do campo e da cidade. Por um lado, é reconhecido o caráter imprescindível das medidas sanitárias para a garantia da vida; por outro, a disfuncionalidade das ações do Governo Federal não gerou respostas eficientes e eficazes na celeridade exigida para a gravidade do momento. Prova disso foi a não adoção do isolamento social no Brasil, os decretos estaduais e municipais de distanciamento social sem uma campanha efetiva nas mídias por parte do Poder Executivo, especificamente o Ministério da Saúde. A morosidade para disponibilizar o auxílio financeiro emergencial, que não contemplou todos os trabalhadores, e para a compra das vacinas. Segundo CORONAVÍRUS (2022), “O governo brasileiro recusou onze ofertas formais de fornecimento de vacinas

contra a Covid. O método do Ministério da Saúde para dizer não sempre foi o de ignorar as propostas”.

No contexto de incertezas, algumas medidas foram tomadas para amenizar o impacto da pandemia na vida dos(as) trabalhadores(as) dos EES, como a substituição do modelo presencial para o virtual e a utilização das redes sociais para divulgação dos produtos. Apesar da alternativa adotada, os associados enfrentaram dificuldades no manuseio dos instrumentos tecnológicos e redes sociais e uma forte resistência por parte dos participantes das feiras em adotar o formato *on-line* (DA SILVA *et al.*, 2021; VASCONCELOS *et al.*, 2020). Segundo Vasconcelos *et al.* (2020), acrescenta-se a dificuldade de acesso à internet principalmente para os produtores de localidades distantes dos centros urbanos em alguns estados. Além disso, com destaque para o Amazonas, houve o Decreto Nº 42.087 de 19 de março de 2020 que suspendeu as atividades dos transportes fluviais, dificultando, assim, a logística para deslocamento dos associados.

- Cooperativas Agricultores Familiares:

Aspectos similares foram identificados com as cooperativas da agricultura familiar, pois, também, tiveram que parar suas atividades devido ao surto de coronavírus e as orientações de restrições sanitárias. Para essas cooperativas, a impossibilidade de comercialização dos produtos nas feiras livres impactou diretamente na renda dos associados (NOGUEIRA e MARCELINO, 2021; SOUSA, JESUS, BERALDO, 2021; DANTAS, 2022). A covid-19 trouxe outra realidade para os cooperados, ocasionando diminuição da renda e perda da produção, diante das dificuldades para comercializar seus produtos.

Sousa, Jesus e Beraldo (2021, p. 13) relataram o impacto direto do contexto pandêmico vivido no Brasil para a cooperativa por eles pesquisada:

[... ] devido ao surto de Covid- 19, as vendas da Cooprato reduziram em mais da metade, em comparação com o período anterior à pandemia, em decorrência do isolamento social e das medidas restritivas impostas pelo poder público.

Sousa, Jesus e Beraldo (2021) destacaram também que mesmo com a reabertura gradual das atividades nas feiras do município de Palmas, por reivindicação dos agricultores familiares, houve uma diminuição considerável de clientes, muitos dos quais evitavam frequentar espaços com algum grau de

aglomeração por pertencerem a grupos de risco, mesmo sendo atendidas as medidas de proteção, como uso de máscara.

As feiras livres são de grande importância para os produtores/cooperados, pois, nesses espaços, eles comercializam seus produtos, justamente por ser um local de bastante fluxo de pessoas, e, por consequência da pandemia de covid-19, decretos estaduais e municipais determinaram o fechamento das feiras e dos mercados. (DANTAS, 2022).

Outro aspecto identificado refere-se aos associados enquadrados como grupo de risco que precisaram parar de exercer suas atividades, impossibilitando, assim, a comercialização de produtos da cooperativa nas feiras. (SOUSA, JESUS e BERARDO, 2021). Além disso, para os autores, “os idosos eram os principais consumidores da Cooprato”. A necessidade do isolamento social e o fato de pertencerem ao grupo de risco fizeram com que essa parte da população diminuísse consideravelmente a frequência nas feiras – isso contribuiu para afetar o volume de vendas da referida cooperativa.

Nogueira e Marcelino (2021) chamaram atenção para a forte relação das associações e cooperativas da agricultura familiar com os programas institucionais de comercialização, principalmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que garante no mínimo 30% dos produtos da agricultura familiar na merenda escolar. Os programas institucionais “respondem por volume significativo da comercialização da produção e da renda do agricultor familiar” (NOGUEIRA; MARCELINO, 2021, p. 120).

A suspensão das atividades presenciais nas escolas e, conseqüentemente, a compra de produtos agrícolas para o PNAE geraram, de início, forte impacto na renda dos agricultores familiares vinculados a associações ou cooperativas. De acordo com Sousa, Jesus e Beraldo (2021, p. 13), na cooperativa por eles estudada, “Cerca de 80% das vendas eram para o PNAE e sem a previsão de retorno para as aulas os efeitos da pandemia têm atingido diretamente a vida, o cotidiano e, conseqüentemente, a fonte de renda desses agricultores.”

A pandemia fez com que o poder legislativo criasse um auxílio financeiro para trabalhadores(as) informais, desempregados e microempreendedores impactados pelos efeitos econômicos negativos da pandemia – por exemplo, aumento do desemprego em função do fechamento de empresas. Cabe destacar a inação do Governo Federal para a criação do Auxílio Emergencial, uma vez que defendia a



continuidade normal das atividades econômicas, contrariando as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e, posteriormente, passou a defender um valor abaixo daquele proposto pelo Congresso Nacional. Portanto, foi a partir da pressão dos partidos de oposição no Congresso que o valor do auxílio financeiro emergencial chegou ao patamar de R\$ 600,00 (NOGUEIRA; MARCELINO, 2021). Considerando que o atual governo não tem a agricultura familiar como prioridade na agenda, o presidente vetou o Projeto de Lei 735/2020 que previa auxílio emergencial aos agricultores familiares.

- Cooperativas de Materiais Recicláveis:

No tocante às experiências de Cooperativas de Materiais Recicláveis, muitas dessas cooperativas de catadores tiveram que fechar as portas devido a pandemia, perdendo seu ponto de coleta ou tiveram suas condições de vida e trabalho ainda pioradas, conforme destacam os autores:

As condições de remuneração, saúde ocupacional e de sobrevivência foram agravadas a partir da chegada da Pandemia COVID 19 ao Brasil. A insegurança institucional transmitida pelo governo federal, que não conseguiu nos meses de março e abril apresentar uma direção unificada entre os seus principais ministros, no enfrentamento ao Coronavírus, influenciou de forma negativa o já combatido segmento de Reciclagem (HENRIQUE; MATTOS, 2020, p. 44).

[...] Das 59 organizações de catadores, 35 tiveram suas atividades interrompidas pelos municípios, e 24 alteraram atividades por segurança, afastando pessoas do grupo de risco e reduzindo pontos de coleta, apontando diminuição da demanda por recicláveis (AZEVEDO *et al.*, 2022, p. 12).

O índice de materiais gerado pela população foi maior no período de isolamento social e trabalho remoto na própria casa de alguns trabalhadores, o chamado *home office*. Contudo, o vírus aumentou o nível de insegurança dos catadores, justamente por não se ter o controle de quais materiais estariam ou não infectados, ocasionando preocupações aos trabalhadores da cooperativa, como apresentam os autores Henrique e Mattos (2020, p. 44):

[...] Os trabalhadores que já enfrentavam condições de insalubridade passaram a ter uma maior preocupação para não entrar em contato com materiais contaminados pelo vírus, considerando-se que cada

vez mais os resíduos manuseados eram provenientes das moradias, que não tem por hábito realizar a separação correta dos produtos.

Henrique e Mattos (2020) sinalizaram outros problemas enfrentados, como a dificuldade de comprar os equipamentos de proteção individual (EPI), inclusive os recomendados para a pandemia, devido à falta no mercado por causa da grande procura e os preços elevados. Além disso, a sustentabilidade econômica da cooperativa ficou comprometida porque “[...] as prefeituras passaram a atrasar os pagamentos às cooperativas” (HENRIQUE; MATTOS, 2020, p. 44). Para além do atraso no pagamento por partes das prefeituras, segundo Henrique e Mattos (2020), os cooperados não conseguiram a ajuda de custo prestada pelo Governo no valor de R\$ 600,00. Isso porque a profissão de catadores de materiais recicláveis não foi reconhecida pelo aplicativo da Caixa Econômica do Brasil.

De modo geral, a renda dos catadores de materiais recicláveis teve um impacto predominantemente negativo, mas há casos variados, conforme destacaram Azevedo *et al.* (2022):

Em 58,72% das organizações houve diminuição de renda; para 20% não houve alteração, 12,48% informaram aumento e 8,81% não tinham informação. Considerando 431 organizações, o CEMPRE (2020) informa que para 61,25% das organizações os valores pagos pelos recicláveis diminuíram; 20,19% declararam aumento, para 15,55% não houve alteração e 3,02% não tinham informação (AZEVEDO *et al.*, 2022, p. 10).

Os autores ainda complementaram que:

[...] 22 organizações de catadores e com representantes de cinco redes de catadores e do Comitê da Cidade revelou que a maior parte dos grupos teve sua renda e a situação financeira de suas organizações comprometidas na pandemia (18 dos 22 grupos pesquisados), devido à necessidade de interromper serviços de coleta seletiva, fechamento das unidades de triagem de materiais e outras restrições necessárias à contenção da pandemia. Três grupos declararam não ter havido variação na renda, e um dos grupos até declarou aumento na renda devido ao aumento no volume de material que chegava à cooperativa. (AZEVEDO *et al.*, 2022, p. 12).

Além do impacto na renda dos catadores, Azevedo *et al.* (2022) destacaram que com a paralisação dos trabalhos das cooperativas, muitos associados tiveram sua

saúde mental afetada, isso devido à pressão por estarem sem realizar seus trabalhos e sem uma garantia de renda.

- Horta Comunitária e Quintais Produtivos:

No que se refere às Hortas Comunitárias e Quintais Produtivos, Beserra *et al.* (2021) sinalizaram como consequência da pandemia a dificuldade na comercialização dos produtos, que resultou também na saída dos jovens dessas atividades em busca de outros meios de trabalho, o que ocasionou a diminuição da mão de obra vinculada a esses espaços produtivos.

Além da paralisação das vendas, por causa do fechamento de feiras livres e outros pontos de venda por causa da pandemia, houve também a diminuição dos parceiros de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que eram desenvolvidos por instituições como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IF Sertão PE) e Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). (BESERRA *et al.*, 2021).

A redução na comercialização para o PAA e o PNAE, devido ao fechamento de escolas e creches, gerou mais perdas para os agricultores vinculados às Hortas Comunitárias e Quintais Produtivos do Sítio do Coelho, local da pesquisa realizada por Beserra *et al.* (2021). A saída encontrada para superar a redução nas vendas para os mercados institucionais foi a venda direta nas feiras livres, as quais, na pandemia, passaram pelas restrições sanitárias para seu funcionamento e se tornaram o espaço disputado por outras associações e cooperativas impactadas pela retração dos programas institucionais de comercialização para a agricultura familiar (BESERRA *et al.* 2021).

#### 4.2 Estratégias adotadas pelos empreendimentos solidários como forma de resistência e enfrentamento aos efeitos decorrentes do momento pandêmico

- Feiras de Economia Solidária:

Uma das estratégias adotadas durante o momento de pandemia pelas Feiras de Economia Solidária foi a criação/adoção do formato *on-line*. Como pontuaram Vasconcelos *et al.* (2020, p. 19), “A Feira Online ‘AGROUFAM em CASA’ foi uma

inovação social na comercialização via e-commerce durante o período que estão suspensas as atividades presenciais na UFAM”.

Embora a prática de *e-commerce* seja uma realidade para grandes empresas na sociedade informacional, marcada pelo auge do desenvolvimento tecnológico ligado aos sistemas de informação e comunicação, na escala local, o setor de serviços tem potencializado as experiências de entrega em domicílio também com o uso de redes sociais e aplicativos ou sites de compras virtuais.

No âmbito da economia solidária e do cooperativismo, esse tipo de experiência ainda se mostrava embrionária, com exceção da emergência do chamado cooperativismo de plataforma – que tem buscado se contrastar ao capitalismo de plataforma responsável pela intensificação da precarização e exploração do trabalho. Portanto, o capitalismo de plataforma detém o controle da infraestrutura tecnológica informacional e explora a força de trabalho pela chamada “uberização do trabalho”. Buscando romper essa lógica, o cooperativismo de plataforma tem como valores a “justiça social, reconhecimento da dignidade do trabalho, compromisso ético comum e democracia econômica” (ZANATTA, s/d, p. 7). Sem desconsiderar as contradições do “cooperativismo de plataforma institucionalizado” na reinvenção do cooperativismo tradicional e seu lugar no mercado (no sentido de poder econômico hegemônico), interessa-nos aqui reforçar as alternativas do cooperativismo de plataforma empreendidas pelos trabalhadores, enquanto resistência e enfrentamento, para garantia da dignidade, inclusão e justiça social, mas compartilham outras características. Conforme destaca Zanatta (s/d, p. 9):

Todas elas são organizadas por coletivos e grupos autônomos, não possuem filiação institucional ao cooperativismo tradicional e operam com base em um forte programa ideológico e valores que se opõem à precariedade do que se convencionou chamar de “uberização do trabalho” no Brasil. [...] esse setor é apoiado por organizações filantrópicas, organizações de pesquisa e think tanks tais como a Unisinos, o Instituto ProComum e a Fundação Rosa Luxemburgo.

Zanatta destacou ainda alguns exemplos de projetos calcados nessa outra vertente do cooperativismo de plataforma, que poderíamos caracterizar também como mais popular, solidária, politicamente engajada com as lutas de grupos de mulheres, negros, LGBT, movimentos sociais, ambientais e culturais. Para ele,

Temos testemunhado o surgimento de novos projetos tais como o Cataki (uma plataforma que conecta trabalhadores que coletam materiais recicláveis a indivíduos que produzem resíduos), o Señoritas Courier (um coletivo de mulheres e pessoas LGBT que oferece serviços de entrega), o AppJusto (uma alternativa de entrega em que a tecnologia serve às pessoas com mais autonomia), o TransEntrega (uma plataforma de delivery operada por transexuais), o Contrate Quem Luta (uma plataforma criada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e o ContratArte (uma plataforma de artistas e criadores de conteúdo sediada no Rio Grande do Sul) (ZANATTA, s/d, p. 8-9).

Apesar da emergência desse movimento nos últimos anos, a reinvenção das práticas nos e dos empreendimentos econômicos solidários pouco têm incorporado aspectos da sociedade informacional. O que, de modo geral, deve levar em consideração em qualquer análise o contexto de surgimento do grupo, a história do grupo, o tipo de atividade desenvolvida, os sujeitos envolvidos. Portanto, assim como a realidade pandêmica impôs desafios aos diferentes setores da economia, também o fez com os empreendimentos econômicos solidários com práticas consolidadas, tensionando-os a buscar alternativas para manter a comercialização.

Desde a crise dos programas institucionais de comercialização (PAA e PNAE), com o *impeachment* da presidenta Dilma Housseff no ano de 2016, alguns empreendimentos e redes solidárias reconheciam a necessidade de criar outras estratégias de comercialização ou diversificá-las e já vinham em alguma medida se mobilizando nessa direção. Tal diagnóstico e movimento acentuaram-se drasticamente com a emergência da pandemia, exigindo respostas criativas e rápidas.

Assim como o caso da “Feira Online AGROUFAM em CASA”, citado anteriormente, o mesmo ocorreu com a Feira de Economia Solidária da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). Neste caso, Martins *et al.* (2021, p. 8) destacaram que os professores extensionistas e bolsistas envolvidos com o projeto “organizaram um Catálogo Virtual da Feira da Economia Solidária que posteriormente foi compartilhado nas redes sociais e na página eletrônica da universidade”.

Putrik *et al.* (2020, p. 13) também destacaram que no caso do Programa de Extensão Laços de Cidadania, cuja finalidade é a organização de uma feira de economia solidária no Litoral do Piauí, “foram adotados novos parâmetros para as atividades, por meio do compartilhamento de informações entre os interlocutores do projeto a fim de promover a continuação da Feira de forma online”.

Da Silva *et al.* (2021) relataram também que os integrantes da feira potiguar viram a necessidade de se adaptarem em um novo formato de comercialização para o ambiente virtual, por meio de uma loja virtual.

Notou-se que nos quatros trabalhos (MARTINS *et al.*, 2021; PUTRIK *et al.*, 2020; DA SILVA *et al.*, 2021; VASCONCELOS *et al.*, (2020) foram adotadas estratégias de divulgação dos seus produtos em redes sociais, a exemplo do *Instagram*, *Facebook* e *WhatsApp*, como forma de vender ou manter contato com os clientes.

De forma mais específica, Vasconcelos *et al.* (2020) apontaram que uma estratégia desenvolvida como forma de enfrentamento foi a comercialização via *e-commerce*, criação do catálogo dos produtores familiares participantes do projeto. Para além disso, utilizou-se *Call Center* e o SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor) para a coleta da demanda dos consumidores e encaminhamento dos pedidos aos produtores familiares.

Martins *et al.* (2020) destacaram a estratégia de entrega em domicílio sem o custo adicional; a utilização do catálogo virtual da Feira de Economia Solidária para amostra dos produtos e o uso de mídias digitais e redes sociais para a divulgação dos produtos.

Com relação ao trabalho de Putrik *et al.* (2020), foi destaque a criação da Feira *on-line*, fazendo também divulgação em redes sociais (*Instagram* e *Facebook*). Diferente das outras experiências, os criadores da Feira *On-line* levaram dicas de práticas de higiene no ambiente de produção de mercadorias e no contato com os clientes.

- Cooperativas Agricultores Familiares:

DVD Com relação às Cooperativas de Agricultura familiar, com o objetivo de superar as dificuldades de comercialização impostas pela covid-19, estas trabalharam para acessar novos mercados. De acordo com Sousa, Jesus e Beraldo (2021, p. 12) “os cooperados da Cooprato estão em processo de organização para se inserirem devidamente no sistema *delivery* de produtos artesanais através da produção e venda de cestas de alimentos para a população do município de Palmas”.

Nogueira e Marcelino (2021) chamaram atenção que, no caso estudado, os programas PAA e PNAE tiveram papel importante para os agricultores e famílias necessitadas, uma vez que se buscou garantir o acesso ao alimento. Isso também pode ser observado empiricamente em outras localidades do Brasil em que os

municípios garantiram aos estudantes acesso à alimentação, mesmo não ocorrendo as aulas presencialmente.

Dantas (2022), ao tratar do contexto vivido pelos agricultores familiares sergipanos incluídos em seu estudo, destacou que diferentes ações foram adotadas pelos agricultores para se manterem no mercado, desde as entregas em domicílio e a venda direta na própria unidade produtiva familiar até a entrega de produtos em supermercados e a atravessadores. E acrescentou:

(...) os agricultores procuraram alternativas para continuar com suas entregas, como a venda direta ao consumidor em feiras livres e a utilização de aplicativos como o Whatsapp e o Instagram, e, por meio destes passaram a manter contato com os clientes, apresentar fotos das frutas e legumes e depoimentos de consumidores que compraram os produtos, e, assim, promoveram vendas de acordo com os protocolos de segurança exigidos pelos órgãos da saúde (DANTAS, 2022, p. 51).

- Cooperativas de Catadores de Recicláveis:

Em relação às Cooperativas de Recicláveis e considerando que os órgãos de saúde recomendavam o uso de máscaras, álcool em gel e o afastamento social, essas medidas foram em geral adotadas pelas cooperativas como estratégias para dar continuidade aos seus trabalhos. Além dessas medidas, algumas cooperativas optaram por paralisar as atividades a fim de preservar a saúde dos seus associados enquadrados como grupo de risco, como apresentam os referidos autores:

A medida mais frequente foi a higienização de mãos e superfícies com desinfetantes combinada ao uso de máscaras (10 grupos). Quatro grupos relataram essa estratégia combinada a ações de distanciamento social entre os integrantes das organizações (divisão de turnos de trabalho e refeições). Dois grupos estavam realizando a quarentena dos materiais recebidos, isto é, o isolamento em uma área do material recebido antes da triagem, por períodos de até dois dias, e apenas um grupo fez como única medida o uso de máscaras. Por fim, cinco grupos paralisaram as atividades de forma compulsória, por determinações das Prefeituras com as quais trabalham (São Bernardo do Campo e São Paulo) (AZEVEDO *et al.*, 2022, p. 13).

Tratando do trabalho desenvolvido por Henrique e Mattos (2020), eles afirmam que a cooperativa analisada, a Coopideal, decidiu paralisar temporariamente as atividades e buscar outras formas de continuidade, como pedir doações para manter os familiares: produtos ou dinheiro, cestas básicas, produtos de higiene pessoal e gás de cozinha para os associados. Mendes *et al.* (2021) apresentaram outras estratégias

adotadas por cooperativas como o afastamento dos cooperados incluídos nos grupos de risco e mães que não tinham onde deixar as crianças por causa do não funcionamento das creches.

Também foi bastante ressaltado que durante o período pandêmico foi utilizado o uso de redes sociais e plataformas de vídeo chamadas como forma de manter a comunicação e as decisões de trabalho nas cooperativas, a exemplo de reuniões, assembleias etc. (AZEVEDO *et al.*, 2022, p. 14)

- Hortas Comunitárias e Quintais Produtivos:

No tocante às Hortas Comunitárias e Quintais Produtivos, Beserra *et al.* (2021) pontuaram que a comunidade não teve a mesma agilidade de se adaptar às novas formas de comunicação, distribuição e comercialização como os grandes mercados e cooperativas que usaram as redes sociais e sistemas informacionais (plataformas e aplicativos) para se aproximarem dos consumidores.

#### 4.3 Ações desenvolvidas pelos governos e instituições públicas para o fortalecimento dos empreendimentos de economia solidária

- Feiras de Economia Solidária:

Como vimos anteriormente, as Feiras de Economia Solidária foram transformadas em Feiras Virtuais, Lojas Virtuais e Catálogo Virtuais no período pandêmico e tendo a universidade como importante instituição parceira. As feiras presenciais já ocorriam com o apoio técnico e de organização de professores extensionistas e bolsistas através de programas de extensão (VASCONCELOS *et al.*, 2020; MARTINS *et al.*, 2021; PUTRIK *et al.* 2020), coordenada por rede de parceiros institucionais (VASCONCELOS *et al.*, 2020) ou o caso específico da Feirarte Potiguar de Economia Solidária, que integra grupos auto gerenciados de artesanato assessorados pela Incubadora para o Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários do IFRN - Campus Natal Zona Norte (IFSol). (DA SILVA *et al.*, 2021).

- Cooperativas Agricultores Familiares:

Com relação às cooperativas de agricultura familiar, o trabalho de Souza *et al.* (2021) destacaram a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para minimizar “o impacto causado pela diminuição da receita da cooperativa devido à pandemia”.



O trabalho de Dantas (2022) pontuou que a gestão municipal deu continuidade às atividades do PNAE, através da construção de kits alimentares por meio da Lei 13.987 de 7 de abril de 2020 do Governo Federal, distribuindo-os para as famílias dos estudantes oriundos de instituições públicas, objetivando a continuidade de compra dos 30% de produtores da agricultura familiar e atender mais de 80 mil produtores rurais atuantes na agricultura familiar. O autor acrescentou que:

Referente ao Programa de Aquisição de Alimentos houve a assinatura da Medida Provisória no 957/2020 de 27 de abril de 2020 que proporcionou a abertura de crédito extraordinário para que fossem desenvolvidas ações de segurança alimentar e nutricional, no que concerne ao enfrentamento à pandemia e para que fossem comprados produtos advindos da agricultura familiar (DANTAS, 2022, p. 50).

Nogueira e Marcelino (2021) afirmaram que várias entidades buscaram trabalhar com a finalidade de fortalecer e auxiliar os EES:

[...] entidades como o Sistema CNA (CNA/Senar), a Conab, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar), a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Contraf), universidades federais e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) elaboraram orientações e informações para que os agricultores familiares enfrentassem a pandemia, bem como iniciaram articulações para o desenvolvimento de políticas públicas emergenciais, leis e medidas provisórias (NOGUEIRA e MARCELINO, 2021, p. 121)

- Cooperativas de Materiais Recicláveis:

No que se refere às Organizações de Catadores de Recicláveis, uma das políticas mais focalizadas foi o auxílio emergencial federal no valor de R\$ 600,00 como apontado no trabalho de Azevedo *et al.* (2021):

Nesse contexto desfavorável, agravado pela pandemia, a Política mais abrangente para os catadores foi o auxílio emergencial federal (Lei 13.982/2020), proposta pelo poder legislativo, um auxílio de R\$ 600 mensais a desempregados, trabalhadores informais e microempreendedores (AZEVEDO *et al.*, 2021, p. 11).

Nos municípios pesquisados, segundo Azevedo *et al.* (2021), os Governos Estaduais e Municipais implementaram algumas ações direcionadas às cooperativas de catadores. A Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (CETESB),

órgão de controle ambiental do estado de São Paulo suspendeu as obrigações de reciclagem das organizações de catadores nos contratos de logística reversa com associações de fabricantes, dando continuidade à assistência financeira ou social. Os autores acrescentaram que

Em resposta, grandes fabricantes apoiaram organizações de catadores integrantes de programas de logística reversa, como o “Dê a Mão para o Futuro”, da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal e Cosméticos (ABIHPEC), e o “Reciclar pelo Brasil”, financiado por grandes fabricantes nos setores de bebidas e alimentos, incluindo aportes financeiros no início da quarentena e cestas básicas para os grupos que mantem parceria com a ABIHPEC (AZEVEDO *et al.*, 2021, p. 11).

Essas medidas tiveram como objetivo apoiar os cooperados e auxiliar seus trabalhos/atividades, mas, segundo Azevedo *et al.* (2021), tais medidas não foram suficientes para garantir uma adaptação duradoura das organizações na crise pandêmica. Diante disso, o autor relata que:

A Defensoria Pública do Estado recomendou que o Estado e municípios mantivessem pagamentos ou renda mínima aos catadores na quarentena, com base em orientações nacionais para Ministérios Públicos garantirem os direitos dos catadores (AZEVEDO *et al.*, 2021, p. 11).

Azevedo *et al.* (2021) também destacaram que o município de São Paulo publicou a Resolução 146/2020, da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB), no qual autorizou o uso do Fundo Paulistano de Reciclagem para 1.400 trabalhadores de recicláveis cadastrados em programas de capacitação, sendo R\$ 600 mensais para catadores independentes e R\$ 1.200 mensais para catadores de cooperativas cadastradas. Tal auxílio seria mantido enquanto houvesse recursos. No tocante a outros municípios, acrescentaram:

Outros municípios anunciaram auxílios de curta duração, como São Bernardo do Campo, que pagou um auxílio de R\$ 1.000 a cooperados por um mês; em Sorocaba, um auxílio de R\$ 1.000, que porém foi interrompido após um mês; em Arujá, R\$ 600 mensais foram pagos apenas no começo da pandemia. (AZEVEDO *et al.*, 2021, p. 11)

No trabalho de Mendes *et al.* (2021), observaram-se as seguintes ações desenvolvidas pelos Órgãos Públicos municipais ou com o apoio deles: doações de

dinheiro pelas comunidades para auxiliar no rateio dos cooperados, doação de produtos de limpeza para a organização, doação de produtos de higiene pessoal.

Henrique *et al.* (2020, p. 44), sinalizaram que “Os cooperativados não conseguiram receber a ajuda de custo do governo no valor de R\$ 600,00, pois a profissão de catadores, até então, não foi reconhecida pelo aplicativo da Caixa Econômica Federal”.

- Horta Comunitária e Quintais Produtivos:

Com relação aos grupos e cooperativas da agricultura familiar que acessam o PNAE, houve a alteração na Lei 13.987/2020, a partir da qual passou-se a autorizar a distribuição dos produtos comprados no âmbito do Programa PNAE às famílias dos estudantes das escolas, mesmo com a suspensão das aulas (BESERRA, 2021).

#### 4.4 Aprendizagens com o momento pandêmico incorporadas na dinâmica organizacional.

As questões econômicas e sociais brasileiras foram agravadas durante o período da crise sanitária de covid-19. Modelos de empreendimentos econômicos solidários já consolidados foram extintos ou precisaram se readequar e adotar estratégias para garantir a renda, a sobrevivência ou mesmo a continuidade dos seus trabalhos. Durante a pandemia, a união, cooperação, solidariedade e o conhecimento foram de grande importância para a sobrevivência de várias organizações.

Observou-se que durante o momento pandêmico os empreendimentos econômicos solidários encontraram diversas dificuldades, seja no campo da produção e comercialização, na gestão e na sua sustentabilidade. Diante disso, para darem continuidade aos seus trabalhos, mesmo que de forma reduzida, incorporou-se o uso de tecnologias e redes sociais que se tornaram mais efetivos na dinâmica cotidiana dos grupos.

Além de contribuir de forma significativa para a divulgação e comercialização de produtos, o uso de redes sociais contribuiu ainda para a comunicação dos cooperativados e no alcance de novos clientes, como os casos das Feiras de Economia Solidária e das Cooperativas da Agricultura Familiar incorporadas nessa pesquisa bibliográfica (DANTAS, 2022; MARTINS *et al.*, 2021; DA SILVA *et al.*, 2021; NOGUEIRA e MARCELINO, 2021; PUTRIK *et al.*, 2020; SOUSA, JESUS, BERALDO, 2021; VASCONCELOS *et al.*, 2020).

As compras *on-line* e os serviços de *delivery* obtiveram um grande crescimento no período da crise pandêmica e foi uma importante alternativa operacionalizada pelos empreendimentos e cooperativas para se aproximarem dos consumidores. Porém, a demora para entrega dos produtos aos consumidores, exigiu dos EES pensar a adequação de sua realidade e trabalhar sua logística para prestar seu atendimento em tempo mais ágil.

Para além do exposto, pode-se citar a adesão ao modelo *Drive-thru*, estratégia que consiste em um serviço em que os consumidores não precisam sair do carro para a retirada dos produtos previamente comprados. Nos trabalhos analisados, identificou-se que houve a inclusão desse formato entre as alternativas de comercialização postas em curso pelos empreendimentos e cooperativas. Como foi uma estratégia que deu certo, estão trabalhando para consolidar devidamente esse modelo, conforme afirmaram os autores Sousa, Jesus e Beraldo (2021).

Tais estratégias de comercialização foram incorporadas para passar o momento de maior vulnerabilidade pandêmica e serviram de aprendizado para os cooperados e cooperativas. De modo geral, compreende-se que essas aprendizagens e experimentações poderão ser consolidadas pelos grupos a partir da necessidade de ampliação ou diversificação de mercados, dos condicionantes das políticas de mercados institucionais (sua potencialização ou fragilização pelos governos) e das condições objetivas e subjetivas dos empreendimentos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo compreender como os empreendimentos de economia solidária enfrentaram os desafios decorrentes da crise sanitária da covid-19 a partir de uma pesquisa bibliográfica. Foi possível perceber que os empreendimentos de economia solidária enfrentaram dificuldades no que tange à questão de comercialização, continuidade dos seus trabalhos/atividades por consequência do vírus covid-19. Assim, por orientações de decretos Municipais, Estaduais e Federal, foram orientados a realizar o distanciamento social e as organizações se viram na necessidade de fechar suas portas para evitar o contágio dos seus associados, paralisando a sua comercialização.

Desse modo, os empreendimentos sentiram as consequências diretamente na renda dos cooperados, pois com a paralisação das atividades escolares, Programas Governamentais essenciais como PAA e o PNAE tiveram sua suspensão ou descontinuidade logo no início da pandemia.

Diante das implicações impostas pela crise sanitária covid-19, conclui-se, a partir dos trabalhos identificados na pesquisa bibliográfica, que os Empreendimentos Econômicos Solidários aderiram a estratégias diversas a fim de amenizar os efeitos da crise. Optaram por adentrar no formato virtual, utilizando as redes sociais como *Instagram*, *Facebook* e *WhatsApp* para divulgação dos seus produtos, criação de lojas virtuais, catálogos e feiras *on-line* para venda dos seus produtos, *drive-thru*, pronta-entrega, entrega em domicílio e o afastamento do grupo de risco de suas atividades. Essas alternativas adotadas contribuíram para a continuidade dos serviços e a garantia da renda.

Vale ressaltar a participação dos governos municipais, instituições públicas (como as universidades e institutos federais) e poder legislativo federal que contribuíram de forma significativa para os Empreendimentos Econômicos Solidários. Por exemplo, a Lei nº 13.987/2020, de 7 abril de 2020, em que se modificou a Lei nº 11.947/2009 para permitir a entrega dos produtos da alimentação escolar diretamente aos estudantes ou aos responsáveis durante o período da situação emergencial no país e a participação das universidades na construção de lojas virtuais através de seus projetos de extensão.

De modo geral, destaca-se a importância da discussão e implementação do uso dos meios digitais nos EES como forma de estratégia comercial. A potencialização

das redes sociais e plataformas digitais para a divulgação dos produtos, contactar potenciais clientes, ou mesmo estabelecer redes de consumidores e empreendimentos em alguma medida requer uma maior aproximação entre os empreendimentos, universidades e o poder público (municipal/estadual), fomentando a discussão sobre a importância e potencialidades do meio digital e redes sociais, prestando cursos formativos, projetos de extensão, assessorias e processos de incubação. Tais direcionamentos também requerem a garantia ou potencialização de assessorias técnicas aos empreendimentos pelos governos.

Nos trabalhos analisados, principalmente os que tratam de cooperativas de agricultura familiar, percebeu-se que os EES possuem uma certa dependência dos programas governamentais como PNAE – que, durante a pandemia, teve, em alguns casos, uma equivocada redução de sua demanda ou não foi utilizado estrategicamente para garantir a segurança alimentar das famílias, embora houvesse a lei garantindo a entrega dos itens da alimentação escolar aos estudantes. Chama-se atenção também ao PAA que deveria ter tido um papel mais estratégico nas ações do Governo Federal. Sabe-se que a inação do Governo Federal ou sua indiferença às questões sociais e de saúde pública colaboraram enormemente para as debilidades na gestão federal da pandemia.

Com isso, os problemas vividos pelos empreendimentos para comercializar e garantir renda, por um lado, recolocam a discussão sobre as estratégias de diversificação de mercados e, por outro, as experimentações potencializadas de forma emergencial na pandemia geraram, em alguma medida, aprendizagens para pensar (novos) caminhos.

Deste modo, é salutar a emergência de questões que merecerão novas pesquisas e formações com os empreendimentos: marketing digital, uso de redes sociais e outras plataformas para a comercialização, outras estratégias de comercialização para além da feira, pesquisa e experimentação das plataformas digitais para se configurar redes e aproximação de grupos identitários na economia solidária, dentre outras.

No contexto da pandemia, onde as relações humanas foram fragilizadas, buscaram-se novas estratégias de resistência para se enfrentar o momento pandêmico, apesar das medidas de restrições, a inação do Governo Federal em aderir estratégias de contenção ao vírus e o negacionismo, fica o aprendizado de resistência, pois, diante esse cenário de crise sanitária, buscou-se pensar formas de superar as

dificuldades impostas pela covid-19. O uso de redes sociais e mídias digitais foram e são de grande importância, justamente por aproximar as relações humanas e criar novos vínculos e mercados. Tais acontecimentos e a realização desse estudo permitiram reflexões sobre um novo olhar e modelo de comercialização para os EES: também ressaltaram a importância de criação de Políticas Públicas visando ao fortalecimento dos empreendimentos em relação ao uso das mídias sociais; caso adentremos em outro momento de crise sanitária, essas organizações estarão “preparadas” para enfrentar com menos dificuldade.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, A. M. M., GULBERT, J., ARAÚJO, S. Dias de. et. All. Impactos da COVID-19 sobre catadores de materiais recicláveis organizados no Estado de São Paulo. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, vol. 25, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/HdwdpNXQtymkbw7SfbLp9n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 out. de 2022.
- BESERRA, E. A. *et al.* Horta comunitária e quintais produtivos da comunidade coelho atikum jurema e os desafios da covid-19. **Revista de Psicologia**, [s. l.], v.15, n. 58, p. 368-390, dezembro/2021. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/viewfile/3334/5211>. Acesso em 24 out. 2022.
- CORONAVÍRUS: tudo sobre o covid-19. **G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/>. Acesso em: 26 jul. de 2022.
- DA SILVA, E. M. *et al.* Vendas virtuais como estratégia de enfrentamento aos impactos da covid-19: a experiência da Feirarte potiguar de economia solidária. **EmpíricaBR-Revista Brasileira de Gestão, Negócio e Tecnologia da Informação**, [s. l.], v. 1, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/EmpiricaBR/article/view/13228>. Acesso em: Acesso em 22 out. de 2022.
- DANTAS, A. S. **Principais competências gerenciais de agricultores familiares sergipanos participantes do programa nacional de alimentação escolar (pnae) perante os desafios impostos pela covid-19**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/15731/2/Alciene\\_Santana\\_Dantas.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/15731/2/Alciene_Santana_Dantas.pdf). Acesso em: 24 out. de 2022.
- GAIGER, L. Inácio *et al.* O Conceito de Empreendimento Econômico Solidário: Por uma Abordagem Gradualista. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, 2018, p. 137-169. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/FWzKTpw4px5zHBD6GbCtkvF/>. Acesso em: 24 ago. de 2022.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas 2002.
- HENRIQUE, R. L. S.; MATTOS, U. A. O. **Contexto Socioambiental das Cooperativas de Catadores do Rio de Janeiro e os Impactos da COVID-19**. *Revista Internacional de Ciências*, [s. l.], v. 10, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/ric/article/view/50848>. Acesso em: 24 out. de 2022
- KRAYCHETE, Gabriel. A produção de mercadorias por não-mercadoria. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 85-92, 2001. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Pesquisa/GruposdePesquisa/nepesc7290/kriestsche---mercadorias....pdf>. Acesso em: 24 out. de 2022.



LEITE, M. P. *et al.* **O trabalho na economia solidária**: entre a precariedade e emancipação. [S. l.]: Annablume Editora, Brasil. 2015.

MARTINS, L. M. *et al.* **A Feira de Economia Solidária da UNESC em Tempos de Pandemia do COVID-19: Reflexões Sobre a Virtualidade**. Disponível em: [https://abpes.org/abpes/wp-content/uploads/2021/10/GT-2.-SOUVERAL Jaqueline BITTENCOURT Iasmin MARINS Lauren JACQUES Caroline ESTEVAM Dimas-1.pdf](https://abpes.org/abpes/wp-content/uploads/2021/10/GT-2.-SOUVERAL%20Jaqueline%20BITTENCOURT%20Iasmin%20MARINS%20Lauren%20JACQUES%20Caroline%20ESTEVA%20Dimas-1.pdf). Acesso em: 24 out. de 2022.

MENDES, R. B. *et al.* Economia Solidária e COVID-19: **Catadores de Recicláveis e Reutilizáveis**<sup>1</sup>. Disponível em: [https://abpes.org/abpes/wp-content/uploads/2021/10/MENDES Renata SANTOS Mariana LIMA Thais BORGES Ana.pdf](https://abpes.org/abpes/wp-content/uploads/2021/10/MENDES%20Renata%20SANTOS%20Mariana%20LIMA%20Thais%20BORGES%20Ana.pdf). Acesso em 22 out. de 2022.

NOGUEIRA, V. G. C.; MARCELINO, M. Q. S. Covid-19: impactos e estratégias para a comercialização de alimentos da agricultura familiar no DF. **Revista de Política Agrícola**, [s. l.], n.1, p. 117-129, 2021. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1131983>. Acesso em: 22 out. de 2022.

PUTRIKC, S. C.; SILVA, V. B. B.; CARVALHO, R. C. P. Experiência de enfrentamento ao covid-19 em uma feira de economia solidária. **Revista Turismo & Cidades**, [s. l.], v. 2, 11-28, 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/turismoecidades/article/view/14757>. Acesso em: 23 out. de 2022.

SANTOS, B. S. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. [S. l.]: Boitempo Editorial, 2020.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. *In*: SANTOS, B. S. (org.) **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: <http://www.ceeja.ufscar.br/a-recente-ressurreicao-singer>. Acesso em: 13 jul. de 2022.

SOUSA, D. N.; JESUS, M. E. R.; BERALDO, K. A. Impactos da pandemia da covid-19 e estratégias para a inclusão produtiva de agricultores familiares no Tocantins: estudo de caso na cooprato. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 10, 2021, p. 1-15. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/223095/1/rmsde-2021.pdf>. Acesso em 24 de out. de 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Doença de Coronavírus (COVID-19) Pandemia**. Disponível em: <https://www.who.int/pt>. Acesso em: 27 de jul. de 2022.

VASCONCELOS, A. R. M. Inovação Social na comercialização da produção da Feira Agroufam no contexto da covid-19 no Amazonas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [s. l.], v. 15, n. 4, 2020. Disponível em: < <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/23317/14302> > Acesso em 24 out. de 2022.

